

Fase decisiva da dívida começa hoje

Externa

Christina Bocayuva — 5/1/89

Teodomiro Braga
Correspondente

WASHINGTON — A negociação da dívida externa com os bancos privados inicia hoje sua fase decisiva, na primeira reunião do negociador-chefe da dívida, Pedro Malan, com o Comitê Assessor dos Bancos Credores, após o fechamento do acordo do Brasil com o Clube de Paris. Acompanhado do diretor da Área Externa do Banco Central, Arminio Fraga, Malan apresentará a posição do governo sobre a proposta feita pelos bancos na última reunião, em 18 de fevereiro, referente ao prazo para a constituição das garantias que o Brasil dará aos bancos credores.

A rodada de reuniões que começa hoje em Nova Iorque deverá se estender por duas semanas e a expectativa é de que haja um grande avanço nas negociações. "É possível, desejável e factível, tanto do nosso ponto de vista quanto dos bancos que integram o comitê, que se caminhe bastante nas negociações nessas próximas duas se-



Malan: US\$ 6,9 bilhões para pagar credores privados

manas", disse Pedro Malan. Após uma semana de consultas em Brasília, o negociador-chefe da dívida brasileira também apresentará aos bancos a reavaliação do governo sobre a capacidade de pagamento país aos credores

externos em função do acordo firmado em fevereiro com o Clube de Paris.

Em sua exposição aos bancos, Malan deverá detalhar a informação prestada ao Senado pelo presidente

do Banco Central, Francisco Gros, de que o Brasil dispõe de US\$ 11 bilhões para fazer frente às suas dívidas com os credores governamentais do Clube de Paris e os bancos privados entre 1992 e 1993. Como o acordo firmado no mês passado com o Clube de Paris prevê o pagamento de US\$ 4,1 bilhões aos credores oficiais nos próximos dois anos, o país só conta com US\$ 6,9 bilhões no período para pagamentos aos bancos privados.

Além de juros, essa quantia inclui os dispêndios do Brasil com a compra de títulos do Tesouro americano para formação das garantias previstas no acordo em negociação com os bancos, que deverão totalizar entre US\$ 2 bilhões e US\$ 3 bilhões. Nas negociações de fevereiro passado, o Comitê Assessor dos Bancos Credores concordou com a proposição do Brasil de levantar as garantias em etapas, e não de uma só vez, faltando agora definir o valor total e os prazos para constituição dessas garantias.